

SUBJETIVIDADE & ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

SUBJECTIVITY & ORGANIZATION OF KNOWLEDGE

Igor Soares Amorim¹

 <https://orcid.org/0000-0003-2606-6000>

RESUMO

A subjetividade é um tema emergente nas ciências humanas, ainda pouco explorado na Organização do Conhecimento. O presente artigo tem como objetivo compreender o conceito de subjetividade na contemporaneidade, a partir da perspectiva de Félix Guattari, e investigar como pode ser abordado na Organização do Conhecimento. Para tanto, realiza uma pesquisa exploratória, de abordagem qualitativa, baseada em levantamento bibliográfico na base Base de Dados em Ciência da Informação e no periódico Knowledge Organization, combinado à análise interpretativa de conteúdo estruturada pelas etapas de leitura compreensiva, exploração do material e síntese interpretativa. Os resultados indicam que a produção acadêmica sobre o tema é incipiente: dos 52 artigos recuperados na BRAPCI, apenas três relacionam-se diretamente à OC, e nenhum resultado foi encontrado no periódico Knowledge Organization. A análise permitiu identificar aproximações conceituais entre OC e subjetividade, expressas em categorias como agenciamento, processualidade, ritornos e afetação, culminando na proposição de novos termos que viabilizam aprofundamentos na temática: paisagem, cena e momento tátil. Discute-se que a subjetividade pode ser pensada nas dimensões teóricas e aplicadas da Organização do Conhecimento, e que a perspectiva guattariana, ao romper com dualidades modernas, oferece arcabouço fértil para repensar os processos de organização e representação do conhecimento. O artigo contribui para o amadurecimento crítico da área ao introduzir um novo capítulo de investigação que articula filosofia, teoria do conhecimento e práticas documentárias.

Palavras-Chave: Organização do conhecimento; subjetividade; conhecimento; Félix Guattari; epistemologia.

ABSTRACT

Subjectivity is an emerging topic in the humanities, still underexplored in Knowledge Organization. This article aims to understand the concept of subjectivity in contemporary times, from the perspective of Félix Guattari, and to investigate how it can be approached

Artigo submetido em 23/08/2026 e aceito para publicação em 06/07/2026.

¹ Doutor em Ciência da Informação e docente no departamento de Ciência da Informação pela Universidade Federal de Pernambuco, igor.samorim@ufpe.br.



in Knowledge Organization. To this end, it carries out exploratory research with a qualitative approach, based on a bibliographic review in the Base de Dados em Ciência da Informação database and in the Knowledge Organization journal, combined with interpretative content analysis structured by the stages of comprehensive reading, material exploration, and interpretative synthesis. The results indicate that academic production on the topic is incipient: of the 52 articles retrieved from BRAPCI, only three are directly related to KO, and no results were found in the Knowledge Organization journal. The analysis identified conceptual approximations between KO and subjectivity, expressed in categories such as agency, processuality, refrains, and affectivity, culminating in the proposition of new terms that enable further exploration of the theme: landscape, scene, and tactile moment. It is discussed that subjectivity can be considered within the theoretical and applied dimensions of Knowledge Organization, and that Guattari's perspective, by breaking with modern dualities, offers a fertile framework for rethinking knowledge organization and representation processes. The article contributes to the critical maturation of the field by introducing a new research chapter that articulates philosophy, theory of knowledge, and documentary practices.

Keywords: Knowledge organization; subjectivity knowledge. Félix Guattari. Epistemology.

1 INTRODUÇÃO

As discussões presentes na organização do conhecimento (OC) têm ampliado seu alcance e, com o tempo, extrapolado as delimitações puramente técnicas. Para além de questões operacionais e sobre o desenvolvimento de instrumentos para classificar, indexar e recuperar a informação e o conhecimento, a comunidade de pesquisadores tem-se preocupado com aspectos epistemológicos, políticos, culturais e éticos.

Em alguma medida, há um amadurecimento crítico no campo disciplinar da OC, ou seja, emergem condições para que uma abordagem tradicional seja questionada por outras perspectivas, o que enriquece a área mediante a incorporação de novos conceitos, modelos e práticas, por meio de processos reflexivos.

Os processos de organização e representação da informação e do conhecimento constituem a essência da OC que, para tanto, desenvolvem teorias e práticas a fim de lidar com os documentos, seus assuntos e seus metadados. A OC adquiriu contornos disciplinares no século XX, embora suas práticas e teorias tenham uma história tão antiga quanto as instituições de custódia, como bibliotecas, arquivos e museus.



Na trilha de reconhecer o desenvolvimento teórico da OC, Guimarães (2017) define que a área está calcada em uma tridimensionalidade: a dimensão *epistemológica*, voltada às questões conceituais, históricas e metodológicas; a *aplicada*, atenta aos modelos, produtos e estruturas que objetivam a organização da informação; e a *cultural*, em que se debatem questões sociais, políticas e éticas em contextos específicos. Nessa síntese teórica é possível identificar de forma genérica as diferentes manifestações da área.

Essa pesquisa propõe estudar a noção de *subjetividade* no domínio da OC. Supõe-se que a subjetividade pode ser pesquisada ou trabalhada nas três dimensões teóricas apontadas por Guimarães (2017), como fundamento teórico para conceitos e metodologias na dimensão epistemológica, como parâmetro ou horizonte para as práticas da dimensão aplicada, como base de críticas em relação às subjetividades minoritárias na dimensão cultural.

A compreensão sobre a subjetividade emerge na filosofia, ganha destaque na psicologia e avança para outras ciências humanas, assim, seu significado varia a depender da perspectiva em que é abordada. De modo geral, a subjetividade deriva da compreensão de “sujeito”, que é consolidada na modernidade. Assim, a subjetividade diz respeito às condições da emergência do sujeito. Por isso, a questão do conhecimento passa de alguma forma pelo âmbito da subjetividade e, como consequência, a organização do conhecimento também o faz.

A partir disso, questiona-se: Como a noção de subjetividade é apresentada na organização do conhecimento? Como objetivo, a proposta é discutir a relação da *subjetividade* com a organização do conhecimento, a fim de estabelecer uma orientação para pesquisas no campo sobre o tema.

A pesquisa é exploratória e, com base em fontes bibliográficas, utiliza a análise interpretativa para correlacionar as noções de subjetividade e organização do conhecimento. Como o conceito de subjetividade é amplo e específico em cada pensador, optou-se neste trabalho pelo recorte da perspectiva de Félix Guattari (2012). A análise interpretativa foi baseada em Gomes (2009), que a postula nas etapas de “leitura compreensiva”; “exploração



do material” que se dá pela identificação e problematização de ideias explícitas e implícitas, busca de sentidos amplos (socioculturais) e diálogo entre as ideias problematizadas sob a luz de um referencial teórico; e, elaboração de síntese interpretativa.

A pesquisa justifica-se pelo potencial de abertura de novas temáticas no contexto da organização do conhecimento e da ciência da informação, ao enfocar os aspectos subjetivos que envolvem a informação e o conhecimento no contexto contemporâneo. Assim, está alinhada aos anseios de Capurro (1992, s/p, tradução nossa):

Precisamos, em outras palavras, de uma estética da ciência da informação intimamente relacionada a uma ética da ciência da informação, ou seja, a uma análise crítica das maneiras pelas quais as estruturas de poder são impostas aos (corpos dos) usuários ou, vice-versa, tomar consciência das situações e condições nas quais a tecnologia da informação se torna, individual e socialmente, um campo aberto de autocriação.

2 CONHECIMENTO E ORDEM

Para Dahlberg (2006), a OC encontra no seu próprio desígnio seu objeto e sua atividade, o “conhecimento” e a “organização”. A autora afirma que “Conhecimento é a certeza subjetiva e objetivamente bem fundamentada de alguém sobre a existência de um fato ou questão. Esse conhecimento não é transferível, só pode ser elaborado pela reflexão pessoal de alguém”, e à frente complementa, “qualquer conhecimento pessoal e individual pode, de fato, ser transferido no espaço e no tempo, pois depende essencialmente da linguagem e pode ser comunicado por palavras ou sinais falados e escritos” (Dahlberg, 2006, p. 12, tradução nossa).

Definir o conhecimento é desafiador porque o termo é multifacetado, sendo objeto da biologia, psicologia, educação, antropologia, sociologia, filosofia, dentre outros. O conhecimento depende da percepção para receber sinais através dos sentidos que são encaminhados até o cérebro, no qual é assimilado e processado, sob as formas da linguagem e de contextos culturais



e sociais. O processamento se dá por meio de interação, reflexão, crítica, análise, combinações e *insights*, e, então, o conhecimento é acomodado na memória, podendo ser utilizado como base para novas conexões. Assim, o conhecimento pode ser externalizado, comunicado, para ser novamente absorvido e processado por outros. Desse modo, a externalização do conhecimento em forma de registro documental é crucial para a continuidade dessa dinâmica. E é principalmente sobre o conhecimento externalizado que a organização do conhecimento se efetiva.

Na busca por compreender o conhecimento, surge a teoria do conhecimento, ramo da filosofia preocupada com sua origem, natureza, limites e avaliação. A filosofia contribuiu imensamente para a OC, pois é uma fonte rica, que fundamenta as atividades de “organização” e a compreensão de “conhecimento”, a partir da lógica, da ontologia e da epistemologia, dentre outros ramos. A lógica fornece as bases para a estruturação de hierarquias, ao estabelecer relações de gêneros e espécies pela diferença. A ontologia corrobora a compreensão dos entes sob análise, promove o entendimento daquilo que é a essência. A epistemologia permite um aprofundamento sobre conjuntos de conhecimentos, disciplinas e ciências, bem como o entendimento do que é o conhecimento e sua dinâmica de produção.

Dahlberg (2006) afirma que, ao fundar a revista *Knowledge Organization*, quase a chamou de *Knowledge Order*, pois este termo tinha uma relação mais intuitiva com a tarefa da classificação. Antes da OC, a filosofia procurou meios para ordenar o conhecimento, evidentemente que por caminhos e com finalidades próprias e distintas da OC. Platão dividiu o conhecimento em Física, Ética e Lógica. Já Aristóteles, em Teórico, Prático e Poiético. Na Idade Média, outra classificação ganhou destaque, cujo objetivo era mais organizar currículos que ordenar as ciências; foram o *Trivium* (Gramática, Dialética e Retórica) e o *Quadrivium* (Geometria, Aritmética, Astronomia e Música) que, junto com a Teologia e a Filosofia, compunham os conteúdos ensinados nas universidades da época (San Segundo, 1996).



A partir do Renascimento, com o surgimento das ciências naturais, o problema da classificação no contexto das ciências e da bibliografia intensificou-se, quando se destaca a contribuição da *Bibliotheca Universalis* de Conrad Gessner, em 1545. Já no início da modernidade, o filósofo inglês Bacon estabeleceu três categorias, Memória, Imaginação e Razão, que influenciaram esquemas porvires, como a *Encyclopédie* de Diderot e d'Alembert e a classificação bibliográfica de Harris (1870). No século XIX, Comte propôs uma classificação da ciência que prezava pelas interrelações entre as áreas, estabelecendo duas grandes classes, as Ciências Abstratas Fundamentais (que compreendem matemáticas, astronomia, física, química, biologia, física social e moral), e as Ciências Concretas Derivativas, que seriam as disciplinas desdobradas das primeiras (San Segundo, 1996).

Notamos que o “*knowledge*” citado por Dahlberg (2006), até se consolidar em sua definição, passou por um amadurecimento, no qual partiu de grandes classes de saberes da cultura grega antiga, até ser refinado em disciplinas de conhecimento científicas, com limites e interrelações mais definidas. Ainda, o “*to order*” de Dahlberg (2006) também tem suas bases na filosofia. Platão (2006), ao cindir o mundo em dois, define a ideia como verdade e o mundo dos fenômenos apenas como aparência, criando assim uma hierarquia, em que o mundo sensível deriva do mundo das ideias, portanto, as formas ordenaram o mundo e cabe à filosofia acessar as verdades. Aristóteles unidimensionaliza a dicotomia mundana, e define a substância como a essência daquilo que se encontra na realidade, assim estabeleceu um meio de conhecer a natureza pela definição de atributos da substância, ou seja, desenvolveu um modo de organizar o mundo através de categorias. Definiu 9 categorias que possibilitaram relacionar diferentes entes entre gênero e espécie (San Segundo, 1996). As discussões sobre como o *ser* se exprime atravessam a Idade Média e, na Modernidade, racionalistas e empiristas polarizam sobre a possibilidade de conhecimento, se ele viria do sujeito, seria algo inato, ou se, ao contrário, nasceria na experiência, no sensível. Kant (1980) harmoniza essa dicotomia, ao defender que há estruturas internas ao sujeito que condicionam a compreensão do mundo



sensível. Assim, há em Kant conhecimentos *a priori*, inatos, que conferem forma, e conhecimentos *a posteriori*, advindos da experiência, que se encontram no sujeito que ordena o mundo através da razão (Mostafa, 2008).

Em linhas gerais, esses são os caminhos que antecederam a organização do conhecimento, percursos não lineares, mas que de algum modo a organização do conhecimento encontrou fundamentos. Ainda, no século XIX, o problema lógico e utilitário presentes nas classificações bibliográficas tornam-se mais relevantes, porque muitas bibliotecas utilizavam sistemas pautados em classificações filosóficas ou científicas, o que dificultava a disposição e acesso aos documentos. Por outro lado, as disposições utilitárias dos livros em prateleiras das bibliotecas, não eram suficientemente consistentes para manter as coleções logicamente organizadas. É nesse contexto que surge a Classificação Decimal de Dewey e, posteriormente, a Classificação Decimal Universal, as quais combinam utilidade e lógica com maior eficiência (San Segundo, 1996).

Todavia, os sistemas de classificação bibliográficos existentes até o início do século passado, não eram tratados sob uma perspectiva científica, o que mudaria com os contributos de Bliss e, principalmente, Ranganathan. Mais do que gerar um esquema de classificação, Bliss declarou necessária a teorização da classificação bibliográfica, na década de 1930, quando utilizou o termo “*Organization of Knowledge*” (Dahlberg, 2006), inspirando o nome da área. Na mesma década, influenciado por Bliss, Ranganathan publicou *Prolegomena to Library Classification* (1937), o que deu as bases para a teoria da classificação, na qual foram elaborados princípios para o desenvolvimento teórico e aplicado da classificação de assuntos contidos nos documentos.

De acordo com Dahlberg (1972, p.352), até meados do século XX, teoria da classificação era a “arte de elaborar sistemas, com alguma ideia intuitiva sobre divisões, prioridades no arranjo - primeiramente hierarquias e subordinações e finalmente ‘auxiliares’”. Tudo se alterou com Ranganathan, que separou o universo da classificação em três planos, o ideal (nível das ideias ou conceitos), o verbal (nível da expressão verbal dos conceitos) e o notacional



(nível de fixação dos conceitos em formas, a notação), e estabeleceu uma nova maneira de operacionalizar, com a abordagem analítico-sintética e a identificação de assuntos em conceitos e facetas. Assim, o bibliotecário indiano apontou que o objeto da teoria da classificação estaria não na dimensão dos documentos, tampouco no conhecimento pensado de modo filosófico, mas em uma esfera simbólica, derivada dos assuntos contidos nas obras, que mais tarde foi deslocada por Dahlberg para o *conceito* (Dahlberg, 1972).

Dahlberg (1978) baseia-se nos contributos rangianthianos, concebendo assim a teoria do conceito. A ideia da autora era fundamentar a OC a partir de uma perspectiva que permitiria a classificação, a organização e a representação do conhecimento. Por isso, toma o conceito como unidade elementar do pensamento, composto pelo objeto em si, os predicados próprios do objeto e o termo que o designa (Dahlberg, 1978). Dahlberg (1993, p. 211) afirma que “qualquer organização do conhecimento deve ser baseada em unidades de conhecimento – que nada mais são do que conceitos”. Assim, podemos sublinhar que organizar o conhecimento é, em sua base, compreender, relacionar e representar conceitos.

Para Hjørland (2016) a OC apresenta dois sentidos, um amplo e outro restrito. Em sentido amplo, a OC diz respeito a sistemas de conhecimentos de grandes proporções, como campos sociais, sistemas de atividade ou amplos sistemas conceituais; já em sentido restrito, refere-se a sistemas de conhecimentos vinculados aos contextos informacionais. Compete à OC as tarefas de descrever, arquivar e organizar documentos, assuntos e conceitos, e, para tais fins, constitui regras e padrões, sistemas de classificação, lista de cabeçalho de assunto, tesauros e esquemas de metadados. Tem dentre seus principais processos a catalogação, a análise de assunto, a indexação, a rotulagem (marcação) e a classificação, e como principais ferramentas os sistemas de organização do conhecimento, sistemas de classificação, tesauros e ontologias (Hjørland, 2016).

Desta forma, a OC, atenta aos aspectos técnicos da organização, armazenamento e disponibilização das informações e conhecimentos, fornece



mensagens às pessoas que buscam informação. Nesse sentido, a OC conecta-se aos usuários na finalidade de recuperar documentos e informações, transmite mensagens explícitas por meio de esquemas, padrões, metadados e termos, porém, junto a esses, expressam também mensagens implícitas. Além disso, a OC é o elo que vincula a coleção de documentos a instituições, pessoas e pensamentos, fundamentando assim uma rede sociotécnica pela qual passam signos, afetos, ideias, conceitos, ideologias. Dessa forma, é intuitiva a relação da OC com a dimensão da subjetividade, pois esta opera na concepção dos conceitos (talvez os produza?) e é impactada pelas mensagens implícitas e explícitas nas comunicações expressas pelos produtos e sistemas de organização do conhecimento.

3 DO SUJEITO À PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE CONTEMPORÂNEA

O conceito de subjetividade é de difícil delimitação, pois nasce na filosofia, depois se torna um problema na psicologia e, em seguida, em outras ciências humanas. Na modernidade, é Descartes quem produz um pensamento sobre o sujeito de modo mais consistente ao procurar um fundamento para a ciência moderna. Por meio da dúvida hiperbólica, Descartes (1983) constata que algo é indubitável, algo que existe, que sente, e que pensa. O *cogito* cartesiano torna-se o fundamento do conhecimento, uma dimensão interna ao sujeito da qual nasce o conhecimento verdadeiro. O empirista Hume (1972) vai de encontro aos pressupostos cartesianos, pois atribui à experiência a fonte do saber, tendo nas sensações, que se desdobram em percepções, impressões e ideias, a origem do conhecimento. Dessa forma, o hábito seria a condição para que a ciência se constituísse, na medida em que garante a relação causal e a previsibilidade, sob a expectativa que o passado se repita no futuro, de forma que não haveria uma razão *a priori* para o conhecimento, e a subjetividade seria justamente a dimensão na qual se encontra a causalidade (Sanchis; Mahfoud, 2013).

Sob a certeza das leis newtonianas, Kant (1980) se interroga sobre como um conhecimento universal pode depender da experiência, e assim aproxima as



perspectivas de Descartes (1983) e Hume (1972), ao estabelecer a noção de juízo sintético *a priori*, ou seja, definiu que a causalidade é subjetiva, como queria Hume, mas a subjetividade é transcendental, como queria Descartes. Para tanto, Kant (1980) afirmou que não conhecemos o mundo em si, mas apenas o seu fenômeno, através das formas da sensibilidade e categorias do entendimento que nos são inatas. Assim, o conhecimento coincide com a realidade a partir de uma compreensão puramente formal do “eu”, o sujeito transcendental, que seria a base da ciência moderna, por viabilizar um conhecimento universal e ao mesmo tempo experimental (Mostafa, 2008; Prado Filho; Martins, 2007; Sanchis; Mahfoud, 2013).

Com o surgimento das ciências humanas e sociais, a noção de subjetividade, ainda sem corpo conceitual definido, adquiriu outras dimensões. Marx propôs que, para compreender o sujeito, era preciso estudar o mundo material, assim, colocou questões históricas e sociais como fundamento da subjetividade, por meio da crítica sobre as relações de produção. A consciência é então considerada como resultado do comportamento material da sociedade, e apenas parte do problema do conhecimento. A Idade Moderna alterou a forma de compreender o passado, o presente e o futuro, através da noção de “evolução”. A ideia de progresso fez do futuro uma promessa que seria alcançada pela razão. O ser humano, a sociedade e a moral passam a ser projetados, tornando-se projetos históricos, no qual Marx entendia que sua realização aconteceria necessariamente por uma revolução. O liberalismo também compreendia que pelas bases racionais o futuro nos conduziria para um lugar de justiça e liberdade. Até o início do século XX, a história era vista com sentido e direção, e a razão deveria então conduzi-la ao destino utópico.

Todavia, principalmente depois da Segunda Guerra Mundial, as ciências humanas passaram a enfatizar aspectos contextuais e singulares dos fenômenos, em vez da universalidade e da lógica formal. Dessa forma, a própria subjetividade passa a ser vista como constituída sob relações sociais e históricas – não apenas sob a alcunha da razão, mas resultante de movimentos desviantes, conflitos e interesses. Em epistemologias contemporâneas, o sujeito é visto



como agente em relações complexas de poder e co-construtor de uma história não linear. “O caminho percorrido pela discussão sobre a subjetividade na contemporaneidade diz em parte da tentativa de superação das dicotomias construídas na modernidade” (Sanchis; Mahfoud, 2013, p.226).

Todo esse cenário corroborou a emergência epistemológica de um sujeito ligado à individualidade, a um campo de experimentação histórico e individual, o que condicionou o nascimento da psicologia. De acordo com Prado Filho e Martins (2007, p. 16),

o conceito de subjetividade passa do campo da psicanálise para os domínios das psicologias na primeira metade do século passado, mas é somente no seu final que ele se despe de um sentido naturalizado e substancializado de interioridade, passando a ser pensado em termos históricos, sociais e políticos – como produção de subjetividade – apresentando-se contemporaneamente como objeto possível para muitas psicologias de cunho crítico, como alternativa a uma problematização da “identidade”, exatamente por buscar dar conta das diferenças [...]

Ao adentrar na psicologia, a subjetividade é naturalizada, é tida como designadora de uma interioridade própria do sujeito, e vincula-se ao inconsciente e ao desejo, essência da consciência e da personalidade, formador da identidade. Todavia, como apontam Prado Filho e Martins (2007), essa noção é histórica, visto que na passagem do século XVII para o XVIII o sujeito torna-se indivíduo, e apenas no século XIX lhe é atribuída uma subjetividade. As perspectivas contemporâneas sublinham não mais a subjetividade como algo da natureza humana, mas sim efeitos de jogos de enunciados e de dispositivos, é pensada como um movimento, uma virtualidade. Assim, antes de ser causa e interioridade, é efeito e exterioridade, produzida nas relações de saber-poder e que remete a sujeitos localizados e históricos. Inspirados por Foucault, Prado Filho e Martins (2007, p.17) afirmam:

A subjetividade se produz na relação das forças que atravessam o sujeito, no movimento, no ponto de encontro das práticas de objetivação pelo saber/poder com os modos de subjetivação: formas de reconhecimento de si mesmo como sujeito da norma, de um preceito, de uma estética de si.



Guattari (2012) constrói um conceito de subjetividade que nos interessa nesta pesquisa por justamente enquadrar-se nessa perspectiva contemporânea, a qual ainda é pouco debatida na organização do conhecimento. Para o autor, a subjetividade é plural, polifônica e desconhece qualquer instância dominante de determinação. Não há um sujeito transcendental, nem estrutura que conduza a subjetividade. As estruturas, tais como equipamentos sociais ou arranjos teóricos, participam com outros tantos elementos que formam o “coquetel subjetivo contemporâneo”, dentre os quais é válido destacar as máquinas tecnológicas de informação e comunicação, “que operam no núcleo da subjetividade humana, não apenas no seio das memórias, da sua inteligência, mas também da sua sensibilidade, dos seus afetos, dos seus fantasmas do inconsciente.” (Guattari, 2012, p. 14).

Guattari (2012) pensa sobre a subjetividade maquínica, pois ela opera como máquina que produz subjetividade. Enquanto tal, caracteriza-se por uma heterogênese, composta por: 1) componentes semiológicos significantes, 2) elementos fabricados pela indústria, mídia, cinema etc..., 3) dimensões semiológicas assignificantes (que escapam às axiomáticas linguísticas).

Os processos de subjetivação podem gerar condições de subjetivação mais homogeneizadas, universais e reducionistas que levem à *mass*-mediatização embrutecida, ou condições que reforcem a heterogeneidade e a singularização e desenvolvam novos Universos de referência. Ainda, a produção de subjetividade envolve instâncias humanas intersubjetivas manifestas pela linguagem e instâncias sugestivas ou identificatórias relativas à etologia, interações institucionais dispositivos maquínicos e Universos de referência incorporais (relativos à arte). Com isso, o que Guattari reforça, na esteira de Foucault e Deleuze, é que a subjetividade “não fabrica apenas através das fases psicogenéticas da psicanálise ou dos ‘matemas do Inconsciente’, mas também nas grandes máquinas sociais, *mass*-mediáticas, linguísticas, que não podem ser qualificadas de humanas” (Guattari, 2012, p.20).

Para Guattari (2012), há uma subjetividade capitalística, produzida incessantemente para homogeneizar e controlar as pessoas, que deve ser



enfrentada, combatida com novos modos de subjetivação, novas produções de subjetividade. Prado Filho e Martins, (2007, p. 18) resumem a subjetividade capitalista:

Pensamos racionalmente, agimos capitalisticamente, e sentimos como cristãos, movidos por uma moral de compaixão – somos esta bricolagem: simultaneamente competitivos, egoístas, e condescendentes com aqueles que derrotamos no jogo da ambição capitalista [...]. Isso é ser não genérica mas, concretamente, sujeito ocidental-cristão moderno – estar inscrito nessa tradição cultural e histórica

Mas é uma missão ética e estética, afirma Guattari (2012), criar novas subjetividades, novos modos de subjetivação. O processo de subjetivação passa por acessar o Universo de referência incorporal e dele compor um ritornelo, destacando um conteúdo para construir um Território existencial, um agenciamento existencial. O ritornelo atua ao mesmo tempo em registros biológicos, socioculturais, maquínicos, cósmicos... pois marca o cruzamento de modos heterogêneos de subjetivação, como acontece, por exemplo, ao caminhar em direção ao trabalho com uma música no fone de ouvido. O dia, o horário, as expectativas, a música, o ritmo, o caminhar, a letra da canção, a religião, a família, a instituição que o emprega, o patrão, o salário, a crise financeira, a companheira... são ritornelos que promovem um agenciamento existencial, uma subjetividade, que pode ou não individualizar-se, ser integralmente estabilizada, bem como pode romper com “eu” e mesmo provocar uma crise psicótica.

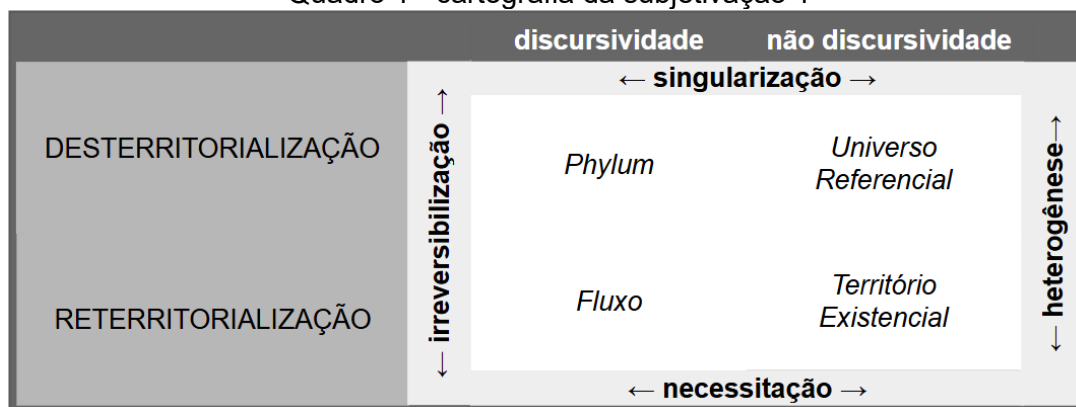
Guattari (2012) aponta que a subjetividade não está na polaridade sujeito-objeto, pois é *pré-pessoal*, *coletiva* e *maquínica*, portanto não deve ser compreendida sob pretensões universalistas ou por modelizações psicológicas, ela localiza-se na intersecção entre sujeito e objeto, pois lida com matérias que ainda não se diferenciaram a ponto de se aglutinar entre conteúdo e expressão. Lida com um conhecimento pático, pois é antes uma subjetividade pática, isso é, um agenciamento com funções metapsicológicas que relaciona Universos referenciais incorporais desterritorializados e Territórios existenciais reterritorializados.



Trata-se de uma operação maquínica, por isso, operado por uma máquina abstrata, em que ritornelos existenciais são desterritorializados gerando campos de possíveis, devires, enquanto ritornelos complexos reterritorializam as substâncias de domínios extralinguísticos, não humanos, biológicos, tecnológicos, sociais, estéticos em matéria, expressão e conteúdo, em aglomerados de fatores heterogêneos de subjetivação, em singularidades. O pensador francês destaca que além de Universos incorporais e Territórios existenciais, fluxo e *phylum* operam na subjetivação. Eles representam os movimentos filogenéticos e possibilidades de corte entre a desterritorialização e a reterritorialização.

Ritornelos executam a função existencial, movimentam incorporais aos agenciamentos territoriais, pelo processo de desaceleração das intensidades discursivas e de conteúdo. Assim, são 4 categorias que realizam juntas a subjetividade maquínica, *Phylum*, Fluxo, Universo referencial, Território existencial, conforme no quadro 1:

Quadro 1 - cartografia da subjetivação 1



Fonte: Guattari (2012, p.83)

O eixo da *discursividade* é ontológico e diz respeito ao mundo fenomenológico sensível, enquanto o eixo da *não discursividade* diz respeito à complexidade absoluta. O quadro mostra fatores de comandos ontológicos, processuais e micropolíticos. Entre o Fluxo e o Território, a categoria *necessitação* remete a tomada de contingências relativa a coordenadas de espaço, tempo e matérias de expressão. Entre o Phylum e o Universo de



referência, refere-se à *singularização*, que é responsável por aberturas a devires, a bifurcações de novos campos de possíveis. O eixo da *irreversibilização* diz respeito à ideia de processo, de história, ao vincular um antes e um depois. Por fim, a categoria de *heterogênese* diz respeito à constituição mesma dos Universos de referência, ou seja, de abertura.

O quadro é recolocado em outros termos:

Quadro 2: cartografia da subjetivação 2

	Expressão Atual (discursivo)	Conteúdo - Focos Enunciativos Virtuais (não discursivos)
Possível	<i>Discursividade maquínica</i>	<i>Complexidade incorporal</i>
Real	<i>Discursividade energético-espáço- temporal</i>	<i>Encarnação cósmica</i>

Fonte: Guattari (2012, p.83)

Discursividade maquínica, complexidade incorporal, discursividade energético- espaço- temporal, encarnação cósmica são funtores ontológicos que têm a tarefa de conferir a dinâmica diagramática aos focos enunciativos virtuais juntos à Expressão manifesta. A intenção do quadro é pensar ritornos complexos, compreender as conversões de meios expressivos e as mutações de texturas ontológicas, identificar abertura e fechamento de linhas de possível. Aqui, o conhecimento não é representação, nem um transitismo discursivo, mas antes, uma transferência existencial.

Assim, a subjetividade contemporânea, em Guattari (2012), é um processo, que não se dá nas categorias tradicionais da epistemologia ou das ciências. Opera antes como um conceito filosófico (Deleuze; Guattari, 2010). Esse conceito, ao ser deslizado para o plano científico da organização do conhecimento, nos coloca o desafio de pensar entre filosofia e ciência.



4 SUBJETIVIDADE NO DOMÍNIO DA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

Para compreender a subjetividade na OC, foi realizada uma pesquisa na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI) com a *string* de busca “subjetividade”, restrito ao campo de palavras-chave, entre os anos de 1962 a 2026. O resultado foi de 52 documentos, dentre os quais seis eram anais de evento (todos do Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação - ENANCIB), dos quais apenas 1 era pôster e foi excluído. Entre os artigos, havia 2 itens duplicados. Assim, a amostra foi de 49. A partir disso, foi feita a leitura de título, palavras-chave e resumo, para delimitar aqueles contextualizados na OC. Identificaram-se apenas três.

O primeiro texto, de Silva, Nunes, Cavalcante e Souza (2017), sob o título *Entre o objeto e o sujeito: composição, diálogo e confluência na recuperação da informação em arquivos*, publicado na revista *Informação em Pauta*. Nessa pesquisa, o termo “subjetividade” é utilizado para análise da bibliografia em trabalhos que versam sobre a recuperação da informação na Arquivologia, polarizando com a noção de “objetividade”, a fim de avaliar a produção textual por um prisma epistemológico.

O segundo trabalho, de Silva e Sabbag (2021), intitulado *A expressão de singularidades em gêneros narrativos: análise da classificação de fanfictions*, publicado na revista portuguesa *Páginas A&B, Arquivos e Bibliotecas*. Este artigo propôs uma análise da classificação e da indexação de *fanfics* em repositórios específicos da comunidade de fãs. A subjetividade aparece com sentido de “conhecimento subjetivo”, como no primeiro texto, fazendo referência a folksonomia, indexação sem um controle de vocabulário e, consequentemente, com o uso de uma linguagem que expressa a subjetividade do usuário e da comunidade. Além disso, a noção de subjetividade é utilizada para descrever, a partir de uma narrativa comercial, o ato de criar uma história desviante como meio para imprimir novas subjetividades que podem ser apresentadas em personagens e enredos.



Por fim, um trabalho que foi apresentado no Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação em 2024 por Ribeiro e Saldanha, chamado *Biopolítica e sistemas sociais de classificação da subalternização*. Esta pesquisa se relaciona com a OC na medida em que discute o que Hjørland (2016) reconhece como abordagem ampla da OC, por tratar de sistemas de classificação sociais, não centrados em uma coleção de documentos. A proposta dessa pesquisa é a discussão sobre como sistemas e estruturas sociais, institucionais e tecnológicas fomentam o exercício de poder sobre corpos e subjetividades de minorias e como a competência crítica da informação pode ser um caminho para a emancipação. Nessa pesquisa aparece a noção subjetividade, inclusive sob a referência de autores importantes para a discussão contemporânea, como Foucault e Butler. Assim, a subjetividade é vista como o resultado de relações de poder que, por meio do controle da informação, interferem nos processos de construção de sujeitos. Ainda, os autores afirmam as instituições e tecnologias no processo de subjetivação, algo no rastro guattariano, que fala sobre agenciamentos maquínicos em referências às questões institucionais e de conteúdo.

Após isso, uma busca foi realizada no periódico *Knowledge Organization* com a *string* de busca “*subjectivity*”, sem restrição alguma, e não obtivemos resultado.

Assim, constata-se uma preocupação da área de OC quase nula com a questão da subjetividade. Há que se considerar que a noção de *conhecimento subjetivo* possivelmente é tratada na área, em tópicos de pesquisa que abordem a indexação e a recuperação da informação. A questão da subjetividade pode aparecer também nas discussões sobre garantias de uso, sociais, culturais, éticas e epistemológicas, todavia, tal possibilidade deve ser aventada por novos trabalhos. Mas, de qualquer modo, não é este o enfoque considerado nesta pesquisa, que procura pelas discussões em torno da produção da subjetividade em processos da organização do conhecimento por um viés contemporâneo.

A OC apresenta diversos produtos que participam de sistemas de informação e fazem circular signos, ideias e afetos tal como aponta Lévy (1998,



p.34) ao discutir a tecnologia da informática que “não intervém apenas na ecologia cognitiva, mas também nos processos de subjetivação individuais e coletivos”. Guattari (2012, p. 58) pensaria em máquinas de informação, atreladas a produções de subjetividades capitalísticas: “O Capital, a Energia, a Informação, o Significante são algumas das categorias que nos fazem acreditar na homogeneidade ontológica dos referentes biológicos, etológicos, econômicos, fonológicos, escriturais, musicais etc ...”. Assim, podemos falar em máquinas de informação, ligadas às máquinas de ordenação do conhecimento, conectadas em uma ampla máquina de rede. Como cantou Belchior (1974) em um devir guattariano: “Máquina maquina, máquina maquina, máquina maquina mamamama”. São máquinas acopladas a outras máquinas que produzem a materialidade dos fluxos informacionais e documentais.

A máquina de ordenação de conhecimento (a chamaremos de máquina-KO), não apenas trata a informação documentária, como bem descreve a literatura, mas também produz afetos, cria mundos subjetivos. Lévy (1998) questiona Kant ao indicar que não há razão pura ou sujeito transcendental invariável, mas humanos que se constituem pela língua, pelas máquinas e pelos sistemas de representação que estruturam a experiência, e assim,

A distinção feita entre um mundo objetivo inerte e sujeitos-substâncias que são os únicos portadores de atividade e de luz está abolida. É preciso pensar em efeitos de subjetividade nas redes de interface e em mundos emergindo provisoriamente de condições ecológicas locais (Lévy, 1998, p.98-99).

Assim, traçamos um quadro 3 comparativo, que auxilia a pensar a noção subjetividade na OC:

Quadro 3 - comparação entre OC e Subjetividade

OC	Subjetividade
Sujeito-objeto	Agenciamento
Conhecimento	Processualidade
Conceito	Expressão e Conteúdo
Relações Semânticas	Ritornelos
Controle	Virtualidade



Comunicação	Afetação
Estabilidade	Atualização
Decalque	Cartografia
Rede	Rizoma
Comunidade	Território
Máquina-KO	Máquina Abstrata

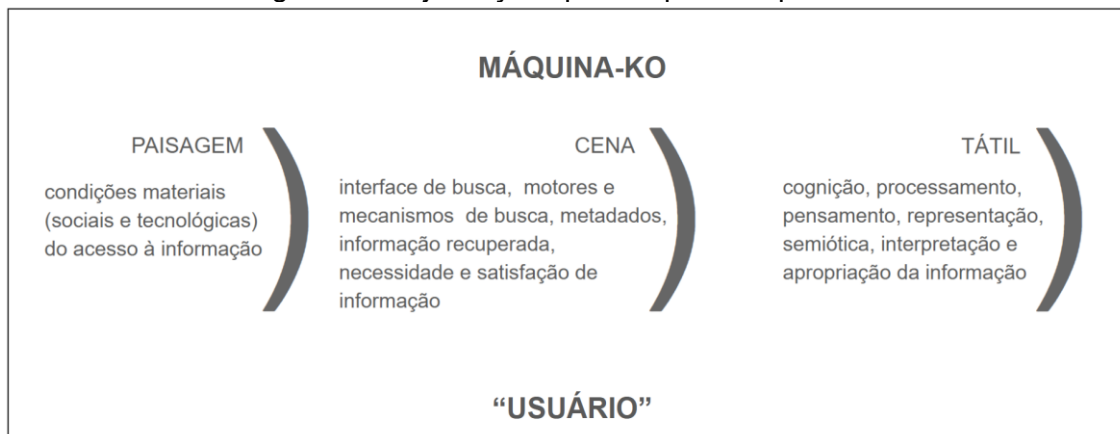
Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

A organização do conhecimento apresenta preocupações amplas e restritas, como desenha Hjørland (2016). As questões amplas podem ser verticalizadas em pesquisas que envolvam as ações de ordenamento do conhecimento que não são necessariamente locais, tendo em contextos mais (macro)políticos e institucionais sua colocação, de modo a cartografar como a OC reforça o aparecimento de novas subjetividades ou, ao contrário, ratifica a homogeneização de subjetividades hegemônicas. Os contextos podem envolver organizações privadas ou públicas, instâncias governamentais e de Estado, bem como instituições sociais imateriais.

A OC em sua abordagem restrita, pode pensar como a máquina-KO opera, como ela solidifica linhas de subjetividade ou, ao contrário, as flexibiliza. Dessa forma, elaborar novos enfoques e terminologias para abordar a subjetividade na OC faz-se necessário.

Por isso, apontamos que toda máquina-KO ao se conectar com um “usuário”, produz uma *paisagem*. A paisagem diz respeito às condições materiais do acesso à informação, se foi utilizado um terminal em uma biblioteca, um notebook, ou um celular. A paisagem envolve também as características institucionais e os profissionais compreendidos no acesso à informação. Na paisagem, são constituídas *cenas*, ou seja, aquilo que se passa entre a interface de busca, os motores de busca, o trabalho dos mecanismos sobre os metadados, os resultados, a necessidade de informação do usuário e sua satisfação. Na cena, há uma dimensão *tátil*, que diz respeito à relação cognitiva do usuário com a representação da informação, esse contato entre o signo e a sua compreensão. A figura 1 esquematiza essa perspectiva:

Figura 1: Subjetivação operada pela Máquina-KO



Fonte: elaborado pelo autor (2026)

Momento-paisagem, momento-cena, momento-tátil, são antecédidos e sucedidos por outros infinitos momentos, pois são agenciados por máquinas que não param de se conectar e produzir. Então, esses momentos são atravessados, interconectados, não apenas entre si, mas com as posições sociais, o inconsciente, o imaginário, as instituições. Faz-se necessário pensar esses momentos, desenvolver essa nomenclatura, para que a subjetividade possa tornar-se tema de discussão na organização do conhecimento, na esteira do que Capurro (1992) defendeu por um paradigma hermenêutico-pragmático da ciência da informação, na medida em que compreende a informação no *ser-no-mundo-com-outros*, porém, Guattari (2012) extrapola a hermenêutica pois não apenas inclui mas dota de centralidade o virtual, o caos, o qual dinamiza as próprias potências informacionais através dos ritornelos. Parece promissora a instalação de investigações entre possibilidades capurrianas e guattarianas.

As três dimensões de Guimarães (2017) são escopos nos quais a subjetividade pode ser pensada: na dimensão epistêmica, as questões teóricas e metodológicas sobre como abordar a subjetividade; na dimensão aplicada, sobre utilidades possíveis dos conhecimentos desenvolvidos, relativos às novas classificações, esquemas e meios de dispor documentos e de promover o conhecimento; na dimensão cultural, a busca pelo rompimento com a subjetividade capitalística em favor do reconhecimento e diálogo com grupos que



são marginalizados simbólica e fisicamente. Além disso, pensar a subjetividade contemporânea abre o campo da OC para uma dimensão ética e estética, que não opõe meio e indivíduo, cultura e natureza, sujeito e objeto, tecnologia e humanidade, o que nos parece crucial para lidar com o mundo porvir.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A subjetividade é uma temática de pesquisa nascida na filosofia, trabalhada na psicologia e, mais recentemente, difundida nas ciências humanas. Este artigo é o início de uma caminhada que se propõe a desbravar a noção de subjetividade na contemporaneidade e suas implicações na organização do conhecimento. A proposta foi pôr em diálogo o conceito de subjetividade com a organização do conhecimento, a fim de estabelecer uma nova orientação para pesquisas na organização do conhecimento.

Foi elaborada uma perspectiva histórica da OC, de forma a evidenciar o solo em que esta se estabelece por um trajeto que vincula os conceitos da área à filosofia, desde a clássica até a moderna. Da mesma forma, traçou-se um histórico da subjetividade, compreendendo as circunstâncias teóricas que a trouxeram até as perspectivas contemporâneas.

Foram realizadas algumas aproximações, com o objetivo de fundamentar um novo capítulo de pesquisa na organização do conhecimento, inclusive com a proposta de termos como *Paisagem*, *Cena* e *Momento Tátil*, que possibilitam novos enquadramentos de investigação.

Considera-se que a temática é frutífera para a OC, na medida em que reforça o movimento de amadurecimento crítico da área, bem como traz bases para pensar fora de dualidades típicas da modernidade, o que é crucial para uma transformação da área para abordar problemas que se colocam para o dia de hoje e o de amanhã.



REFERÊNCIAS

CAPURRO, Rafael. What is information science for? A philosophical reflection. In: VAKKARI, Pertti; CRONIN, Blaise (ed.). **Conceptions of Library and Information Science: historical, empirical and theoretical perspectives**. London: Taylor Graham, 1992.

DAHLBERG, Ingetraut. Knowledge organization: a new science? **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 33, n. 1, p. 11-19, 2006.

DAHLBERG, Ingetraut. Teoria da classificação, ontem e hoje. In: CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE CLASSIFICAÇÃO BIBLIOGRÁFICA, 1972, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: IBICT/ABDF, 1979. v. 1, p. 352-370.

DAHLBERG, Ingetraut. Knowledge organization: its scope and possibilities. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 20, n. 4, p. 211-222, 1993.

DAHLBERG, Ingetraut. Teoria do conceito. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 7, n. 2, p. 101-107, 1978.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?** Tradução de Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

DESCARTES, René. **Coleção Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 79-108.

GUATTARI, Félix. **Caosmose: um novo paradigma estético**. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2012.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Organização do conhecimento: passado, presente e futuro sob a perspectiva da ISKO. **Informação & Informação**, Londrina, v. 22, n. 2, p. 84-98, 2017.

HJØRLAND, Birger. Knowledge organization (KO). **ISKO Encyclopedia of Knowledge Organization**, [s. l.], 2016. Disponível em: https://www.isko.org/cyclo/knowledge_organization. Acesso em: 10 jul. 2026.

HUME, David. **Investigação acerca do entendimento humano**. São Paulo: Nacional/EDUSP, 1972.



KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. São Paulo: Nova Cultural, 1980. (Coleção Os Pensadores).

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência**: o futuro do pensamento na era da informática. Tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1998.

MÁQUINA II. Intérprete: Belchior. Compositor: Belchior. In: BELCHIOR. **Belchior**. São Paulo: Chantecler, 1974. 1 CD. Faixa 11. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=hyMQeig3ZVY&list=OLAK5uy_nR26fumJCKKQ-WSfvhABtGJh8G1-dywnl&index=11. Acesso em: 9 jul. 2026.

MOSTAFA, Solange Puntel. **Vygotsky e Deleuze**: um diálogo possível? Campinas: Alínea, 2008.

PLATÃO. **A República**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

PRADO FILHO, Kleber; MARTINS, Simone. A subjetividade como objeto da(s) psicologia(s). **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 19, n. 3, p. 14-19, 2007.

RIBEIRO, Daiane Silva; SALDANHA, Gustavo Silva. Biopolítica e sistemas sociais de classificação da subalternização. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 24., 2024, Vitória. **Anais...** Vitória: Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGCI/UFES), 2024. Disponível em: https://enancib.ancib.org/enancib/pt_BR/article/view/49. Acesso em: 10 mai. 2026.

SAN SEGUNDO, Rosa. **Sistemas de organización del conocimiento**: la organización del conocimiento en las bibliotecas españolas. Madrid: Universidad Carlos III de Madrid; Boletín Oficial del Estado, 1996.

SANCHIS, Ivani Prado; MAHFOUD, Miguel. A subjetividade em questão. **Diálogos Possíveis**, Salvador, v. 12, n. 1, p. 213-229, 2013.

SILVA, Bruna Danielle Oliveira da; SABBAG, Deise Maria Antonio. A expressão de singularidades em gêneros narrativos: análise da classificação de fanfictions. **Páginas a&b**: arquivos e bibliotecas, Porto, n. 15, p. 44-63, 2021.

SILVA, Daniela Vieira da; NUNES, Jefferson Veras; CAVALCANTE, Lídia Eugênia; SOUZA, O. Entre o objeto e o sujeito: composição, diálogo e confluência na recuperação da informação em arquivos. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 2, n. 2, p. 66-82, 2017.



Este obra está licenciado com uma Licença [Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).